

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

janeiro/2026



INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

O Conselho Administrativo aprovou 03 (três) aposentadorias no mês de janeiro, cujo os benefícios serão concedidos pelo Instituto de Previdência a partir de primeiro de fevereiro.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e Diretoria Jurídica, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento.

Todos os processos de concessão de benefícios — sejam aposentadorias, pensões ou averbações — são analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração, e as respectivas portarias são publicadas no Diário Oficial do Município.

CANAIS DE ATENDIMENTO DO SÃO JOÃO PREV

O Instituto de Previdência Municipal utiliza dos meios eletrônicos e telefônicos para o atendimento a distância, além do atendimento presencial ao público em geral, sejam beneficiários, fornecedores, instituições financeiras e demais públicos.

Uma série de procedimentos e ações foram implementadas para reduzir a necessidade de atendimentos presenciais na sede da instituição:

✓ Para agilizar o atendimento ao servidor ativo, foi implementado o agendamento prévio. Nesse procedimento o servidor procura o IPSJBV para averbação do tempo de contribuição, assim como para contagem de tempo para a aposentadoria, além dos casos do pedido de aposentadoria. No mês de dezembro a Diretoria de Benefícios realizou 18 atendimentos neste segmento.

✓ Após a conclusão do processo de implantação, com todas as inconsistências devidamente ajustadas, as instituições financeiras passaram a utilizar exclusivamente o sistema Consignet para a contratação de novos empréstimos consignados, bem como para o gerenciamento das concessões realizadas anteriormente a contratação do sistema.

✓ O Recadastramento é realizado presencialmente pelo servidor aposentado na sede do Instituto de Previdência ou mediante procuração, quando o aposentado reside em outra localidade ou está impossibilitado de se deslocar.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 106/2025, o IPSJBV implementou a prova de vida on-line por meio do reconhecimento facial, proporcionando mais agilidade, segurança e comodidade aos segurados. Essa inovação permite realizar o procedimento sem a necessidade de deslocamento.

Paralelamente, a lei complementar mantém a opção da prova de vida por visita domiciliar para segurados com dificuldades de locomoção ou condições de saúde que impeçam o comparecimento presencial. Dessa forma, garante-se que beneficiários em situação de vulnerabilidade não sejam prejudicados, preservando seus direitos sem comprometer seu bem-estar.

✓ Além do atendimento por telefone, WhatsApp e e-mail, o São João Prev disponibiliza a ouvidoria como canal de comunicação para que segurados

e servidores possam apresentar reclamações, críticas, elogios, sugestões e pedidos de informação. O foco é garantir agilidade e respostas imediatas aos aposentados e pensionistas. Essa ferramenta contribui para o aprimoramento institucional e a transparência, assegurando a opção de manifestação sigilosa ou anônima.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de janeiro.

<u>QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 31/01/2026</u>					
PLANO FINANCEIRO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	460	3	27	0	490
PENSIONISTAS	106	0	5	0	111
TOTAL - INATIVOS	566	3	32	0	601
ATIVOS	915	2	103	5	1.025
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	470	1	37	0	508
PENSIONISTAS	105	3	6	0	114
TOTAL - INATIVOS	575	4	43	0	622
ATIVOS	1.054	7	167	6	1.234
CONSOLIDADO- QUADRO DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS					
SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	930	4	64	0	998
PENSIONISTAS	211	3	11	0	225
TOTAL - INATIVOS	1.141	7	75	0	1.223
ATIVOS	1.969	9	270	11	2.259

RECEITAS E DESPESAS DO MÊS

1 – Plano Financeiro

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Financeiro, foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

A Lei Municipal 4.574, de 05 de novembro de 2019, estabelece o plano de amortização do déficit financeiro do Plano Financeiro municipal, determinando repasses mensais para essa finalidade.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, foi estabelecida nova data corte para os Planos Financeiro e Previdenciário do Instituto de Previdência. Assim, os servidores admitidos e aposentados até 31/12/2015, serão do plano em repartição simples (Plano Financeiro), enquanto os admitidos e aposentados a partir de 01/01/2016, pertencerão ao plano capitalizado (Previdenciário).

O quadro abaixo demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas e despesas orçamentárias realizadas no mês de janeiro.

RECEITA - PLANO FINANCEIRO - 01/2026							
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	UTILIZAÇÃO TX. ADMINISTRAÇÃO	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	68.346,59	1.790.620,05	0,00	561.334,69	853.862,75	0,00	3.274.164,08
UNIFAE	20.915,76	430.888,76	864,11	21.135,52	0,00	0,00	473.804,15
CÂMARA	3.870,62	9.196,23	0,00	6.557,73	0,00	34.216,83	53.841,41
INSTITUTO	0,00	9.110,76	0,00	0,00	0,00	0,00	9.110,76
TOTAL	93.132,97	2.239.815,80	864,11	589.027,94	853.862,75	34.216,83	3.810.920,40

DESPESA - PLANO FINANCEIRO - 01/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.216.587,61	440.996,09	158.686,47	14.858,33	3.831.128,50
UNIFAE	302.903,14	55.028,49	34.814,11	0,00	392.745,74
CÂMARA	53.073,98	0,00	767,43	0,00	53.841,41
TOTAL	3.572.564,73	496.024,58	194.268,01	14.858,33	4.277.715,65

No cálculo da insuficiência financeira da Prefeitura, observou-se um saldo remanescente de dezembro de 2025 em R\$ 556.964,42, o qual foi integralmente compensado. Para cobrir a diferença residual de R\$ 853.862,75, utilizou-se a reserva da taxa de administração. Vale ressaltar que a Prefeitura ainda dispõe de um saldo para reversão da taxa de administração de R\$ 1.510.048,13.

Paralelamente, a UNIFAE mantém-se superavitária, acumulando um saldo positivo de R\$ 630.915,93 até o fechamento desta apuração. Dispondo ainda, de saldo para reversão da taxa de administração de R\$ 2.170.682,14.

A seguir, apresenta-se a demonstração do saldo disponível de cada ente, referente à reversão da taxa de administração.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 31/01/2026							
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	1.510.048,13
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	3.738.652,55

2 – Plano Previdenciário

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) do Plano Previdenciário, foram regularmente repassadas ao Instituto de Previdência, sem qualquer registro de inadimplência por parte das entidades Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal.

Apresentam-se a seguir os dados referentes às receitas orçamentárias arrecadadas e às despesas orçamentárias realizadas no mês de janeiro, do plano em regime de capitalização.

RECETA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 01/2026						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	CONTRIBUIÇÕES RPV+PRECATÓRIO	COMPREV	APORTE LC 5.531/2025	TOTAL
PREFEITURA	94.244,77	1.285.816,02	0,00	91.648,22	2.215.796,18	3.687.505,19
UNIFAE	8.332,57	374.957,77	0,00	9.600,56	0,00	392.890,90
CÂMARA	1.729,09	10.080,07	0,00	382,56	0,00	12.191,72
INSTITUTO	0,00	6.999,66	0,00	0,00	0,00	6.999,66
TOTAL	104.306,43	1.677.853,52	0,00	101.631,34	2.215.796,18	4.099.587,47

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO - 01/2026					
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS (+) RPV	TOTAL
PREFEITURA	3.657.279,09	489.552,22	168.509,49	0,00	4.315.340,80
UNIFAE	258.070,07	43.203,08	48.055,71	0,00	349.328,86
CÂMARA	13.339,90	23.955,12	1.285,08	0,00	38.580,10
TOTAL	3.928.689,06	556.710,42	217.850,28	0,00	4.703.249,76

No cálculo da apuração entre receitas e despesas da Prefeitura, considerou-se um saldo remanescente de R\$ 757.512,21, referente ao mês de dezembro/2025. Contudo, restou uma insuficiência de R\$ 627.835,61, que será devidamente documentada e acompanhada ao longo do exercício de 2026.

Enquanto a insuficiência financeira for identificada, o Instituto de Previdência manterá as informações em acervo digital, para posterior envio de notificações oficiais para cobrança dos entes. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal tem justificado que, o não repasse segue amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Assim, somente após o fechamento do ano, com o confronto entre as receitas — incluindo as patrimoniais realizadas com os resgates de investimentos —, deduzidas as despesas, e na hipótese de persistir a insuficiência, os entes contribuintes serão formalmente notificados para cobrir o valor necessário ao equilíbrio financeiro entre ativo e passivo.

Ao mesmo tempo, a UNIFAE mantém superávit, acumulando saldo positivo de R\$ 6.374.965,18 até o fechamento desta apuração.

Destaca-se que a Prefeitura Municipal vem realizando os repasses previstos na Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025, referentes ao aporte mensal equivalente ao imposto de renda. Esses recursos ficarão capitalizados por cinco anos, podendo o São João Prev utilizá-los para pagamento de benefícios apenas após esse prazo.

A tabela a seguir apresenta os repasses mensais realizados pela Prefeitura. Esses valores são mantidos capitalizados de forma segregada dos demais recursos do IPSJBV.

REPASSE LC Nº 5.531/25 (PP) - PREFEITURA	
MÊS/ANO	VALOR
de 09 até 12/2025	8.541.356,12
jan/26	2.215.796,18
TOTAL	10.757.152,30

Para constar, o São João Prev encaminhou, em 24 de outubro de 2025, os ofícios nº 918/2025 à Prefeitura Municipal e nº 919/2025 à Câmara Municipal, apresentando as insuficiências financeiras apuradas no Plano Previdenciário no período de outubro de 2023 a setembro de 2025, imediatamente anterior à última segregação de massas. Esses documentos detalham os cálculos das diferenças entre receitas e despesas, com o objetivo de formalizar a cobrança dos valores devidos pelos entes públicos conveniados. O São João Prev aguarda o pronunciamento de ambos visando à regularização dos repasses e à sustentabilidade atuarial do plano, em conformidade com a legislação vigente.

Em relação à esta questão e atendendo à recomendação do TCE/SP sobre as contas de 2021, foi enviado ao Executivo um anteprojeto para adequar o artigo 15 da lei de custeio às normas federais e à Constituição. No entanto, o

Legislativo rejeitou o projeto, alegando que ele deveria retornar ao Executivo para reavaliação.

A atual gestão de 2025 esteve dedicada a buscar soluções para a questão atuarial. Por meio de estudos técnicos e do diálogo com o Poder Executivo, a meta é encontrar um caminho que esteja em conformidade com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, atenda aos entendimentos dos órgãos fiscalizadores, promovendo a melhor adequação da situação financeira do São João Prev.

Diante disso, a Diretoria Jurídica do Instituto de Previdência de São João da Boa Vista (IPSJBV) elaborou o anteprojeto de reforma da previdência no âmbito municipal. O documento foi encaminhado para análise da Procuradoria-Geral do Município, procedimento que precede a sua submissão à Câmara Municipal para deliberação.

As atividades legislativas retornaram no início de 2026, dando continuidade à análise dos processos pausados pelo recesso de final de ano. Para fundamentar as próximas etapas e garantir a segurança jurídica das medidas, a Câmara solicitou novos pareceres técnicos ao São João Prev e à Procuradoria Geral do Município.

3 –Taxa de Administração

A Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, com suas alterações, definiu o percentual e o método para cálculo da Taxa de Administração, determinando que mensalmente os Planos Financeiro e Previdenciário repassem o valor apurado, individualmente contabilizado, para custear as despesas correntes e de capital necessárias ao funcionamento do IPSJBV.

Conforme a Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, os percentuais variam de acordo com o porte do RPPS, segundo o Indicador de Situação Previdenciária (ISP): 2% para estados/DF, 2,4% para municípios de grande

porte, 3% para municípios de médio porte e 3,6% para municípios de pequeno porte.

A portaria autoriza um acréscimo de 20% sobre esses percentuais para cobrir despesas exclusivas com a certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação profissional de dirigentes e conselheiros.

A Lei Complementar nº 5.008, de 4 de maio de 2022, fixou o percentual de 3%, que, somado ao acréscimo do Pró-Gestão, resulta em 3,6% repassados pelos planos como receita para custear as despesas gerais da Taxa de Administração do São João Prev.

Os recursos da Taxa de Administração, provenientes dos planos Financeiro e Previdenciário, são destinados à manutenção do Instituto de Previdência, incluindo folha de pagamento dos servidores, manutenção predial e veicular, consumo de água, esgoto e energia elétrica, serviços contratados, mão de obra especializada, aquisição de materiais de escritório, produtos de limpeza e demais despesas correlatas.

Nos quadros abaixo, segue demonstrados os valores dos repasses aportados no mês de janeiro como Suprimento (Receita) da Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

A sobra do mês incorpora-se ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

SUPRIMENTO PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 01/2026		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
194.268,01	217.850,28	412.118,29

DESPESA PLANO ORDINÁRIO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - 01/2026	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA A TIVOS INSTITUTO	114.011,05
CONTRIBUIÇÕES IPSJBV / RGPS	12.862,10
MATERIAL DE CONSUMO	1.084,52
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	218,15
CONSULTORIA	0,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	6.932,43
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	20.228,58
SERVIÇO TI	1.361,21
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP/ TAXA ILUMINAÇÃO	3.821,60
SENTENÇAS JUDICIAIS-INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	1.200,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	30.006,11
TOTAL	191.725,75

A quantia de R\$ 12 milhões revertida da taxa de administração para os entes municipais na proporção do repasse efetuado, foi utilizado integralmente pela Câmara Municipal, enquanto a Prefeitura Municipal e a UNIFAE, obtém um saldo para utilização até o esgotamento.

A tabela abaixo detalha a destinação e utilização dos recursos da taxa de administração pelos entes.

RESERVA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO UTILIZADA ATÉ 31/01/2026							
Ente	Saldo Inicial	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	Saldo Final
PREFEITURA	9.607.231,12	-2.143.629,58	-1.719.496,55	-3.380.194,11	0,00	-853.862,75	1.510.048,13
UNIFAE	2.279.829,15	-60.035,83	0,00	-49.111,18	0,00	0,00	2.170.682,14
CÂMARA	55.017,45	-38.418,42	-16.599,03	0,00	0,00	0,00	0,00
IPSJBV	57.922,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.922,28
TOTAL	12.000.000,00	-2.242.083,83	-1.736.095,58	-3.429.305,29	0,00	-853.862,75	3.738.652,55

4 – Fundo de Oscilação de Risco

A Lei Complementar nº 4.574/2019, em seu art. 16, instituiu o Fundo de Oscilação de Risco. Os entes conveniados (Prefeitura Municipal, UNIFAE e

Câmara Municipal) efetuaram repasses mensais equivalentes a 1,67% da folha de benefícios previdenciários de seus segurados, pelo período de cinco anos, tendo efetuado o último aporte em novembro de 2024.

O montante acumulado permaneceu capitalizado, destinado à cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas pelo RPPS, além de situações financeiramente excepcionais ou dificuldades orçamentárias, atuando como uma reserva técnica de emergência essencial para a manutenção da solvência do sistema e a garantia do pagamento dos benefícios previdenciários.

Apurou-se não ter sido completadas as duas folhas anuais previstas na LC 4.574/2019, nisso, o Superintendente comunicou a situação aos entes municipais e, com base na referida norma, requereu-se a reativação dos repasses ao Fundo de Oscilação de Risco, na alíquota de 2% incidente sobre a folha de benefícios .

Segue demonstrado os valores apurados em janeiro de 2026, para repasse em fevereiro:

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO - 01/2026			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
73.151,67	7.158,63	1.061,48	81.371,78

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Assuntos Administrativos

Minuta da Reforma da Previdência – O projeto de lei elaborado pelo Instituto de Previdência de São João da Boa Vista (IPSJBV) para adequação às novas normas previdenciárias segue em tramitação na Câmara Municipal, após análise da Procuradoria Geral do Município, do Conselho Administrativo e do Sindicato dos Servidores. Fundamentado em estudos atuariais rigorosos, o texto

estabelece regras de transição: servidores ingressados até 31/12/2025 mantêm o regime atual, enquanto os admitidos a partir de 01/01/2026 serão regidos integralmente pela Emenda Constitucional (EC) 103/2019, com especificidades para pensões e aposentadorias especiais (por deficiência, involuntárias e conforme Súmula Vinculante 33/STF).

A minuta consolidou contribuições do Conselho Administrativo, como a extensão da data-corte para aposentadorias especiais até 31/12/2028 e o marco de 01/01/2026 para o novo regime de pensões. Elementos chave para o equilíbrio financeiro, incluindo abono de permanência de até 100% e aposentadoria compulsória aos 75 anos, foram preservados conforme consenso técnico.

Interrompida pelo recesso legislativo de final de ano, a análise na Câmara foi retomada no início de 2026. O legislativo solicitou novos pareceres à Procuradoria Geral do Município e ao São João Prev, garantindo decisão em conformidade legal.

Curso realizado pela Magma – No dia 17 de dezembro de 2025, membros dos colegiados do Instituto de Previdência participaram do curso "Gestão Atuarial em Defesa dos RPPS e do Regime Estatutário", promovido pela Magma Assessoria Atuarial em Piracicaba-SP. Representaram a instituição os senhores: Cironei Borges de Carvalho (Comitê de Investimentos) e Luis Carlos Evaristo (Conselho Fiscal).

Esta iniciativa caminha ao encontro das diretrizes de educação continuada estabelecidas pelo programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão). A participação em treinamentos técnicos é fundamental para o cumprimento das ações de capacitação exigidas para a certificação do Instituto, elevando o padrão de governança e controle interno.

A gestão atuarial é o pilar que garante o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade das aposentadorias a longo prazo. Por isso, os participantes elaboraram um relatório técnico detalhado sobre os temas abordados no evento.

Este material será compartilhado com os demais membros do colegiado, promovendo a troca de conhecimentos e garantindo que as melhores práticas de defesa do regime estatutário sejam aplicadas coletivamente na tomada de decisões do Instituto.

Valorização e Reconhecimento: Instituto celebra o Dia do Aposentado - No último dia 23 de janeiro, o Instituto de Previdência promoveu uma celebração especial em homenagem ao Dia do Aposentado. O evento foi marcado por um café comemorativo que reuniu cerca de 80 servidores inativos ao longo do dia, proporcionando um espaço de confraternização, memórias e integração.

A iniciativa foi viabilizada por meio de uma parceria estratégica com o Credivista, reforçando a importância da união entre a Cooperativa para o bem-estar dos beneficiários. O apoio do Credivista permitiu oferecer uma recepção acolhedora e dedicada a esses servidores que desempenharam seus trabalhos ao serviço público durante décadas.

Gestão de Consignados - Instituto vê a necessidade de uma revisão normativa para garantir segurança financeira dos servidores. Com base em uma análise técnica sobre a aplicação da Lei Municipal nº 5.040/2022, que regulamenta a margem de empréstimos consignados para os servidores. Identificou-se que atualmente, a legislação estabelece o limite de 35% da renda líquida, porém apresenta uma lacuna interpretativa quanto à definição precisa de "proventos".

A ausência de uma especificação clara no texto legal tem permitido que servidores utilizem verbas temporárias para o cálculo da margem, tais como:

gratificações variáveis, parcelas de cargos em comissão, horas extras e outros adicionais não incorporáveis à aposentadoria.

Ocorre que ao se aposentar, o servidor deixa de receber essas parcelas transitórias. Como o empréstimo foi calculado sobre uma base maior, o valor da prestação muitas vezes excede o limite permitido no novo holerite (aposentadoria), gerando desaverbações e instabilidade no processamento da folha de pagamento do São João Prev.

Para sanar essa vulnerabilidade, o Instituto defende a revisão da lei de consignados. O objetivo é instituir uma definição explícita das parcelas que compõem a renda para fins de margem, restringindo o cálculo apenas às verbas passíveis de integralização na aposentadoria.

:

Essa media visa prevenir o superendividamento no momento da transição para a inatividade. Reduzindo conflitos administrativos e judiciais entre o IPSJBV, servidores e instituições financeiras. Além do adequado registro, diminuindo os ajustes manuais no processamento das parcelas consignadas.

Destaca-se que a clareza na base de cálculo não é apenas uma questão administrativa, mas uma medida de proteção social que garante que o servidor mantenha seu poder de compra e dignidade financeira ao se aposentar.

Certificado de Regularidade Previdenciária - Após o encerramento da vigência do último CRP, o Instituto enfrentou desafios técnicos para a renovação automática do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). A pendência no sistema foi relativa à implementação da Previdência Complementar.

Após diligências imediatas junto aos canais de suporte do Ministério da Previdência Social, a equipe do Instituto diagnosticou que a irregularidade não era financeira, mas sim operacional. O entrave residia na integração de dados junto à FIPECQ (Fundação de Previdência Complementar), entidade

devidamente credenciada pela PREVIC e responsável pela gestão do plano contratado pelo São João Prev.

O ponto focal da pendência refere-se à regularização das inscrições dos servidores admitidos a partir de julho de 2023, marco inicial da obrigatoriedade do regime complementar para novos ingressantes com salários acima do teto do RGPS.

Seguindo as orientações do Ministério, o São João Prev procedeu com os trâmites operacionais junto ao Gescon, com isso, a situação no sistema ministerial foi atualizada para "em análise" no Extrato Previdenciário. Esta mudança de status permitiu:

- **Emissão de CRP Judicial/Temporário:** Garantia de regularidade por um período de 30 dias.
- **Segurança Institucional:** Manutenção do fluxo de transferências de recursos federais e validade de convênios do município.
- **Prazo para Saneamento:** Período hábil para que o Instituto finalize a tramitação da documentação necessária junto à FIPECQ e ao Governo Federal.

Em reunião agendada com o recursos humanos da Prefeitura Municipal e da UNIFAE, a diretoria do São João Prev esclareceu os motivos da pendência que impediu a emissão do CRC com validade por seis meses. Orientou e reforçou uma priorização na operacionalização dessas inscrições na previdência complementar, uma vez que, é de responsabilidade dos entes municipais (Prefeitura, Câmara Municipal e UNIFAE). Com isso, a emissão do CRP retorna à sua condição de vigência plena e permanente, evitando riscos à administração pública municipal.

2- Investimentos

Com o objetivo de promover a transparência, apresentamos as atividades e decisões do Comitê de Investimento.

Segue um breve relato da 1ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 09/01/2026:

O acompanhamento dos investimentos destacou o relatório consolidado de dezembro de 2025, com rendimento positivo de R\$ 2.292.249,56 e patrimônio de R\$ 242.738.982,66. Com acesso à plataforma Atlas durante a reunião do dia 09/01, constatou-se um rendimento de R\$ 541.554,97 e patrimônio de R\$ 250.112.015,31, no mês de janeiro.

Em relação as movimentações, o Comitê constatou o resgate total do fundo BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FI para pagamento da folha de benefícios, referente a folha de dezembro, isso demandou nova alocação de recursos para complementar as contribuições e efetivo pagamento dos benefícios no primeiro dia útil. Este fundo foi selecionado pelo Comitê, devido aos prazos de cotização e liquidação D+0, além da otimização da operacionalização ao gerenciador do Banco do Brasil para as operações.

Após análise da rentabilidade, deliberou-se pelo resgate integral dos fundos BB PREV RF IMA-B FI, com rendimento de 12,839% (recuperando deságio anterior, mas negativo em janeiro/2026), e ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI, com 12,788%. Os valores resgatados foram aplicados no fundo BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FI do Plano Previdenciário.

Outros destaques incluíram a entrada de cupons semestrais de NTN-Fs em 05/01/2026, totalizando R\$ 1.539.772,78, sendo R\$ 1.432.734,97 para o Plano Previdenciário e R\$ 107.037,81 para o Plano de Capitalização do Aporte,

ambos aplicações nos seus respectivos fundos BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FI, vinculado a conta corrente segregada.

Foi aberto o Processo Administrativo nº 021/2026 para registrar a compra de NTN-B com vencimento em 2030, liquidada à taxa de 7,7560% no valor de R\$ 4.403.758,38, com recursos de aportes municipais e cupons, ingressados na conta 75.190-1 (Aporte PP -Lei nº 5.531/2025).

Informamos que para viabilizar essa operação, houve resgate no fundo BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FI em 07/01/2026, mas o sistema bancário aplicou o montante automaticamente no fundo BB RENDA FIXA CURTO PRAZO AUTOMÁTICO FIC FI RESPONSABILIDADE LIMITADA, levando à abertura do Processo Administrativo nº 051/2026 para credenciamento provisório e posterior resgate integral. O Comitê homologou esse credenciamento para fins fiscais, contábeis e no CADREV.

Finalmente, em adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025, o Comitê analisou materiais da consultoria e da norma, indicando um prazo de 24 meses para adequações sem a necessidade de resgates imediatos. Após debate, os membros homologaram a Política de Investimentos 2026, que segue para a aprovação do Conselho Administrativo, na sequência publicada no Jornal Oficial e finalizando com o preenchimento e entrega do DPIN junto ao CADPREV.

A seguir um breve relato da 2ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida no dia 30/01/2026:

Foi acessado a plataforma Atlas e os membros do Comitê de Investimentos, constataram um retorno consolidado de R\$ 2.227.556,22 e patrimônio de R\$ 254.018.707,70 até 28/01/2026.

Nas movimentações, destacou-se a abertura do Processo Administrativo nº 097/2026 em 21/01/2026 para registrar a compra de títulos NTN-B com

vencimento em 2030, deliberação de reunião anterior. A Diretora exibiu a nota de negociação (doc. anexo 6), confirmando liquidação à taxa de 7,9110% no valor de R\$ 2.221.415,38, com recursos oriundos de aporte da Prefeitura.

O material para análise dos membros incluiu recortes de jornais e revistas, relatórios macroeconômicos da consultoria para o 4º trimestre e 2º semestre de 2025 e janeiro/2026, além de quadro de alocações por enquadramento e nível do Pró-Gestão, conforme Resolução CMN nº 5.272/2025.

O Comitê examinou o Relatório Administrativo/Financeiro de dezembro/2025 apresentado. Após análise, aprovou-o por unanimidade, sem ressalvas, confirmando conformidade com as ocorrências. O parecer do Comitê seguiu anexado à ata para registro e assinaturas.

A Diretora havia relatado em reunião anterior, sobre a necessidade da renovação de cinco processos de credenciamentos de fundos de investimento. Com a documentação disponível, fez a juntada em processo individualizado, dos seguintes: nº 085/2026 (SICREDI FIM BOLSA AMERICANA LP), nº 086/2026 (BB PREV RF IMA-B FI), nº 087/2026 (BB PREV REFERENCIADO DI PERFIL FIC FI), nº 088/2026 (CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LP) e nº 089/2026 (BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM). Os membros emitiram despachos unânimes pela aprovação e homologação, assim, os processos foram encaminhados ao Conselho Administrativo, que deliberou de forma unanime e favorável pela aprovação dos credenciamentos dos fundos citados, em reunião online extraordinária ocorrida em 30/01/2026.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

O cenário macroeconômico de janeiro de 2026 iniciou o ano apresentando uma dinâmica de "estabilidade cautelosa". No âmbito global, o crescimento consolidou-se em torno de 3,3%, impulsionado majoritariamente pela maturação

dos investimentos em Inteligência Artificial e automação, que começaram a gerar ganhos reais de produtividade nas economias desenvolvidas. Por outro lado, as tensões geopolíticas e a fragmentação do comércio internacional continuaram a exercer pressão sobre as cadeias de suprimentos, embora de forma menos volátil do que nos anos anteriores.

No Brasil, o mês de janeiro foi marcado pela resiliência do consumo doméstico e por uma inflação que, apesar das pressões sazonais, manteve-se dentro da banda de tolerância da meta. O IPCA apresentou uma variação mensal moderada, beneficiado pela queda nos preços internacionais das commodities energéticas — com o petróleo operando na faixa dos US\$ 60 — o que aliviou os custos de transporte e produção.

No campo da política monetária, o mercado iniciou o ano com os olhos voltados para o Banco Central. Com a Taxa Selic ainda em patamares restritivos, o Boletim Focus de janeiro sinalizou uma revisão nas expectativas: a estabilidade dos preços e a ancoragem das metas de longo prazo abriram espaço para discussões sobre um ciclo de cortes a partir do final do primeiro trimestre. Contudo, o câmbio demonstrou certa volatilidade, com o dólar orbitando o patamar de R\$ 5,50, refletindo tanto a força da economia americana quanto as incertezas fiscais típicas do início de um ano de calendário eleitoral no Brasil.

Em suma, janeiro de 2026 configurou-se como um período de transição, onde o controle da inflação começou a ceder protagonismo à necessidade de estímulo ao crescimento sustentável e ao equilíbrio das contas públicas.

Enquanto no âmbito internacional, janeiro de 2026 consolidou uma tendência de "crescimento resiliente, mas fragmentado". A economia mundial iniciou o ano com uma projeção de expansão moderada, em torno de 2,6% a 2,7%, refletindo o impacto das políticas monetárias restritivas adotadas nos anos anteriores e a reorganização das cadeias de suprimento globais.

- **Estados Unidos e o "Boom" Tecnológico:** A maior economia do mundo seguiu como o principal vetor de estabilidade, sustentada pelo amadurecimento das aplicações de Inteligência Artificial (IA) no setor produtivo. Embora o crescimento tenha sido projetado em patamares mais baixos (cerca de 1,5% a 2,0%), a produtividade industrial americana foi impulsionada pela digitalização agressiva, compensando parte das pressões inflacionárias nos serviços.
- **Geopolítica e Comércio Exterior:** O início do ano foi marcado por uma volatilidade diplomática significativa. O uso de tarifas comerciais como ferramenta estratégica — especialmente entre EUA, China e blocos europeus — elevou os custos operacionais do comércio internacional. No entanto, acordos bilaterais específicos, como as negociações entre EUA e Índia e as atualizações do acordo Mercosul-União Europeia, trouxeram janelas de otimismo para mercados emergentes.
- **China e Ásia:** A China manteve um ritmo de crescimento próximo a 4,6%, enfrentando desafios estruturais no setor imobiliário e pressões deflacionárias. Em contrapartida, o Sul da Ásia, liderado pela Índia, destacou-se com o maior dinamismo global, atraindo fluxos substanciais de capital estrangeiro que buscavam diversificar a dependência manufatureira chinesa.
- **Commodities e Inflação Mundial:** O mês registrou um alívio nos preços das commodities energéticas. O petróleo e os minerais essenciais para a transição energética apresentaram quedas significativas em comparação aos picos de 2024-2025. Esse movimento permitiu que a inflação global convergisse gradualmente para as metas (estimada em 3,1% a 3,4% para o ano), possibilitando que diversos Bancos Centrais ao redor do mundo iniciassem ou mantivessem ciclos de redução de juros.

Em síntese, o cenário global de janeiro de 2026 foi de adaptação: as organizações e governos priorizaram a resiliência digital e a descarbonização

como pilares para navegar em um ambiente onde a desinformação e a volatilidade política tornaram-se riscos estruturais permanentes.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de janeiro uma rentabilidade positiva R\$ 2.345.429,19, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 245.394.728,23**.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

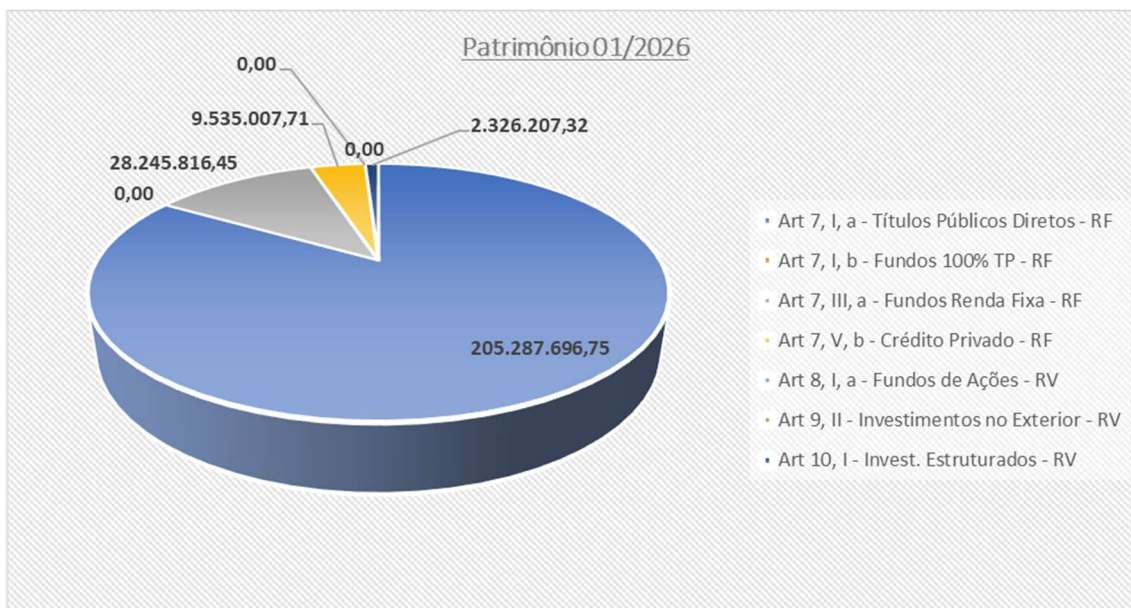
Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
245.394.728,23	2.345.429,19	2.345.429,19	0,94%	0,94%	0,79%	0,79%

A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2026 do Instituto de Previdência é de IPCA+5,60%. Conforme demonstrado na tabela acima, a carteira do Instituto alcançou um rendimento positivo de 0,94% em janeiro, superando a meta do mês de 0,79%.

Observamos no quadro abaixo, a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontado com a Política de Investimentos para 2026.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	205.287.696,75	1.783.281,70	83,66%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,60
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	0,00	2.644,82	0,00%	2,00%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	28.245.816,45	415.662,07	11,51%	15,00%	70,00%	0,79%
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.535.007,71	112.818,08	3,89%	2,00%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	40,00%	0,94%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.326.207,32	31.022,52	0,95%	5,00%	10,00%	0,15%
TOTAL	245.394.728,23	2.345.429,19	100,00%	100,00%		

Nota-se que as alocações da carteira do IPSJBV estão abaixo dos limites máximos permitidos pela Resolução. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.



Os membros do Comitê de Investimentos nas suas análises e estratégias dos investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado para o exercício, somado ao cenário econômico para o cumprimento de Meta.

A alocação por enquadramento/artigo segue a determinação do Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963 publicada em 25/11/2021, Subseção I, que estabelece um limite máximo de alocação para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Resolução CMN nº 4.963 que entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão, conforme o Manual do Pró-Gestão RPPS, estarão sujeitos a diferentes limites de alocação.

A nova norma visa vincular os níveis de governança dos RPPS aos limites de alocação, flexibilizando-os para aqueles que aderem a padrões mais

rigorosos, aumentando a segurança das aplicações e criando novas oportunidades para os gestores.

Assim, os limites de alocação poderão variar entre os RPPS, dependendo do nível de adesão ao Manual e entre os segmentos de aplicação definidos na Resolução CMN 4.963, que introduziu mudanças significativas em relação à Resolução CMN 3.922.

Na sequência segue demonstrado os Ativos que compõe a carteira do São João Prev no fechamento de janeiro.

TÍTULOS PÚBLICOS JANEIRO/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.460.906,60	0,00	0,00	4.496.826,24	35.919,64	0,81%	--	--	--	ago/26	941.430,41
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.437.259,15	0,00	0,00	6.490.896,61	53.637,46	0,83%	--	--	--	ago/26	951.360,07
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.308.847,49	0,00	0,00	5.364.402,87	55.555,38	1,05%	--	--	--	ago/26	493.210,97
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.163.857,33	0,00	0,00	2.181.093,70	17.236,37	0,80%	--	--	--	mai/27	457.762,22
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.281.769,95	0,00	0,00	5.325.215,14	43.445,19	0,82%	--	--	--	mai/27	865.035,74
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.218.236,42	0,00	0,00	3.245.042,76	26.806,34	0,83%	--	--	--	mai/27	480.405,63
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.117.325,06	0,00	0,00	5.167.506,73	50.181,67	0,98%	--	--	--	mai/27	445.256,08
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.434.174,66	0,00	0,00	5.478.925,42	44.750,76	0,82%	--	--	--	ago/28	882.229,59
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.363.650,57	0,00	0,00	5.408.491,03	44.840,46	0,84%	--	--	--	ago/28	795.162,99
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.261.104,56	0,00	0,00	5.311.674,84	50.570,28	0,96%	--	--	--	ago/28	448.797,39
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.278.196,98	0,00	0,00	5.321.582,43	43.385,45	0,82%	--	--	--	mai/29	864.038,11
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.214.884,01	0,00	0,00	3.241.712,15	26.828,14	0,83%	--	--	--	mai/29	480.841,84
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.108.581,39	0,00	0,00	2.125.913,10	17.331,71	0,82%	--	--	--	mai/29	274.391,79
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.424.980,56	0,00	0,00	5.469.480,61	44.500,05	0,82%	--	--	--	ago/30	877.836,99
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.418.370,56	0,00	0,00	5.462.167,95	43.797,39	0,81%	--	--	--	ago/30	734.441,92
N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.529.277,03	0,00	0,00	5.577.164,76	47.887,73	0,87%	--	--	--	ago/32	669.249,48

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.241.715,05	0,00	0,00	5.292.102,12	50.387,07	0,96%	--	--	--	ago/32	568.248,10
N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.474.479,67	0,00	0,00	10.574.296,21	99.816,54	0,95%	--	--	--	mai/33	1.175.571,77
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.262.272,56	0,00	0,00	2.281.081,64	18.809,08	0,83%	--	--	--	mai/35	642.797,89
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.408.157,22	0,00	0,00	8.476.122,36	67.965,14	0,81%	--	--	--	mai/35	1.114.841,26
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.741.352,52	0,00	0,00	11.833.852,35	92.499,83	0,79%	--	--	--	ago/40	3.275.793,46
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.467.539,02	0,00	0,00	4.502.487,72	34.948,70	0,78%	--	--	--	mai/45	1.048.254,89
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.191.160,80	0,00	0,00	2.208.164,86	17.004,06	0,78%	--	--	--	mai/45	471.734,67
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.206.481,11	0,00	0,00	4.240.591,43	34.110,32	0,81%	--	--	--	mai/45	559.393,82
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.593.822,53	0,00	0,00	5.637.583,89	43.761,36	0,78%	--	--	--	ago/50	1.299.595,70
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.252.445,25	0,00	0,00	2.269.965,13	17.519,88	0,78%	--	--	--	ago/50	481.324,54
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.245.803,54	0,00	0,00	3.272.178,54	26.375,00	0,81%	--	--	--	ago/50	441.838,28
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.564.097,31	0,00	0,00	2.586.840,61	22.743,30	0,89%	--	--	--	ago/50	151.061,41
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.594.896,33	0,00	0,00	5.638.623,12	43.726,79	0,78%	--	--	--	mai/55	1.312.765,29
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.192.184,08	0,00	0,00	2.209.228,47	17.044,39	0,78%	--	--	--	mai/55	473.351,40
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.530.241,04	0,00	0,00	4.566.944,46	36.703,42	0,81%	--	--	--	mai/55	601.967,10
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.567.492,40	0,00	0,00	2.590.237,28	22.744,88	0,89%	--	--	--	mai/55	162.389,66
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.595.000,21	0,00	0,00	5.638.748,04	43.747,83	0,78%	--	--	--	ago/60	1.300.358,78
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.256.453,91	0,00	0,00	2.273.985,65	17.531,74	0,78%	--	--	--	ago/60	482.129,86
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.246.663,16	0,00	0,00	3.273.018,44	26.355,28	0,81%	--	--	--	ago/60	441.814,03



N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.563.435,02	0,00	0,00	2.586.200,78	22.765,76	0,89%	--	--	--	ago/60	160.709,86
N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.674.803,56	0,00	515.958,35	10.275.902,20	117.056,99	1,15%	--	--	--	jan/27	1.281.097,51
N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.651.608,69	0,00	550.319,78	10.218.335,63	117.046,72	1,16%	--	--	--	jan/29	1.286.001,89
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.263.511,00	0,00	222.275,50	4.083.979,58	42.744,08	1,05%	--	--	--	jan/31	306.913,29
N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.550.355,66	0,00	144.181,34	2.432.520,83	26.346,51	1,09%	--	--	--	mai/35	215.702,14
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		194.357.393,96	0,00	1.432.734,97	194.631.087,68	1.706.428,69						29.917.107,82

INVESTIMENTOS JANEIRO/2026 - PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
21.838.150/0001-49	ITAÚ INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	1.496.210,53	0,00	1.498.855,35	0,00	2.644,82	0,18%	1,52%	0,14	134-131	D+0/D+1du	0,00
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos		1.496.210,53	0,00	1.498.855,35	0,00	2.644,82						0,00

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	1.152.359,90	0,00	1.148.411,53	0,00	-3.948,37	-0,34%	0,97%	0,28	153-152	D+1du/D+1du	0,00
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	5.875.714,52	4.678.209,39	1.251.132,39	53.627,26	1,20%	1,20%	0,05	1360-1338	D+0/D+0	53.627,26
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.471.935,14	0,00	0,00	2.500.862,82	28.927,68	1,17%	1,17%	0,05	1304-1299	D+0/D+0	1.504.093,71
03.399.411/0001-90	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	8.926.482,54	0,00	0,00	9.031.555,98	105.073,44	1,18%	1,18%	0,05	761-760	D+0/D+0	2.545.666,36
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		12.550.777,58	5.875.714,52	5.826.620,92	12.783.551,19	183.680,01						4.103.387,33

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	4.716.165,55	0,00	0,00	4.773.338,66	57.173,11	1,21%	1,21%	0,05	86821-86512	D+4du/D+5du	745.286,48
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO PRIVADO	4.706.024,08	0,00	0,00	4.761.669,05	55.644,97	1,18%	1,18%	0,05	2183-2393	D+0/D+0	733.616,86
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa		9.422.189,63	0,00	0,00	9.535.007,71	112.818,08						1.478.903,34

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	2.295.184,80	0,00	0,00	2.326.207,32	31.022,52	1,35%	1,35%	--	16386-16687	D+0/D+1	326.207,32
ART 10º, I - Fundos Estruturados		2.295.184,80	0,00	0,00	2.326.207,32	31.022,52						326.207,32

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO		220.121.756,50	5.875.714,52	8.758.211,24	219.275.853,90	2.036.594,12						35.825.605,81
-----------------------------------	--	-----------------------	---------------------	---------------------	-----------------------	---------------------	--	--	--	--	--	----------------------

TÍTULOS PÚBLICOS JANEIRO/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	2.045.906,61	0,00	107.037,81	1.959.529,32	20.660,52	1,06%	--	--	--	jan/31	66.487,20
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1125783	2.015.713,48	0,00	0,00	2.034.656,58	18.943,10	0,94%	--	--	--	ago/30	38.849,47



N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1151691	0,00	4.403.758,39	0,00	4.435.128,68	31.370,29	0,75%	--	--	--	ago/30	31.370,29
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 1161022	0,00	2.221.415,39	0,00	2.227.294,49	5.879,10	0,30%	--	--	--	ago/30	5.879,10
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		4.061.620,09	6.625.173,78	107.037,81	10.656.609,07	76.853,01						142.586,06

INVESTIMENTOS JANEIRO/2026 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025												
CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	2.425.020,87	2.324.671,27	4.729.898,92	26.835,07	7.041,85	1,18%	1,20%	0,05	1360-1338	D+0/D+0	26.835,07
42.592.315/0001-15	BB RF CP AUTOMÁTICO FIC FIF	0,00	4.403.733,13	4.405.608,75	0,00	1.875,62	0,09%	0,91%	--	82804-25859	D+0/D+0	1.875,62
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		2.425.020,87	6.728.404,40	9.135.507,67	26.835,07	8.917,47						26.835,07
TOTAL APORTE PP LEI Nº 5.531/2025		6.486.640,96	13.353.578,18	9.242.545,48	10.683.444,14	85.770,48						169.421,13

INVESTIMENTOS JANEIRO/2026 - PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	1.511.420,82	2.940.685,76	3.345.601,96	1.151.577,46	45.072,84	1,20%	1,20%	0,05	1360-1338	D+0/D+0	82.996,00
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL PLANO FINANCEIRO		1.511.420,82	2.940.685,76	3.345.601,96	1.151.577,46	45.072,84						82.996,00

INVESTIMENTOS JANEIRO/2026 - FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.517.746,92	72.858,19	0,00	6.669.365,25	78.760,14	1,20%	1,20%	0,05	1360-1338	D+0/D+0	2.065.897,64
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO		6.517.746,92	72.858,19	0,00	6.669.365,25	78.760,14						2.065.897,64
TOTAL PLANO FINANCEIRO +) FUNDO DE OSCILAÇÃO		8.029.167,74	3.013.543,95	3.345.601,96	7.820.942,71	123.832,98						2.148.893,64

INVESTIMENTOS JANEIRO/2026 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	8.101.417,46	269.701,16	855.862,75	7.614.487,48	99.231,61	1,20%	1,20%	0,05	1360-1338	D+0/D+0	3.430.783,62
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		8.101.417,46	269.701,16	855.862,75	7.614.487,48	99.231,61						3.430.783,62

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	242.738.982,66	22.512.537,81	22.202.221,43	245.394.728,23	2.345.429,19	41.574.704,20

DESCRIPTIVO DA SITUAÇÃO DO CONTENCIOSO

A Procuradoria Jurídica do IPSJBV atua conforme as competências estabelecidas no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 4.207/2017, destacando-se na representação do instituto perante órgãos judiciais e administrativos, em todas as instâncias e fases dos processos, com o objetivo de resguardar os direitos e interesses institucionais, dada a importância dos litígios para a saúde financeira do instituto.

Embora a Diretoria Jurídica tenha atribuições diversas, como a elaboração de pareceres relativos a contratos, licitações, projetos de lei, atos normativos e editais, tem oferecido suporte às atividades da procuradoria, especialmente diante do aumento da demanda processual, incluindo situações de incorporação de parcelas destacadas.

A seguir, apresenta-se um resumo dos processos conduzidos pela Procuradoria no mês.

MÊS/ANO	PROTOCOLOS	ATS/PARCELA DESTACADA	REV. BENEFÍCIO - INTEGRALIDADE/PARIDADE	OUTROS	CONHECIMENTO	EXECUÇÃO	PROCESSOS NOVOS	VALORES PROC. NOVO
jan/26	42	26	15	1	3	39	0	-

No mês de janeiro de 2026, o São João Prev efetuou o pagamento de RPV e precatórios no Plano Financeiro no montante total de R\$ 14.858,33.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada dos processos judiciais conduzidos pela Procuradoria do São João Prev no mês de janeiro, demonstrados de forma individualizada, com o objetivo de proporcionar transparência e clareza sobre a atuação jurídica do Instituto no referido período.

PROCESSO	INT/CIT	TIPO DE PETIÇÃO - DEMANDA	PRAZO	PROTOCOLO	FASE
1004924-11.2025.8.26.0568	25/11/2025	CONTESTAÇÃO - COISA JULGADA	29/01/2026	05/01/2025	CONHECIMENTO
1006550-36.2023.8.26.0568	24/10/2025	EXECUÇÃO INVERTIDA - ã gratuidade-VALOR + BAIXO O POSSÍVEL	29/01/2026	07/01/2026	EXECUÇÃO



São João Prev
Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal criada
pela Lei 1133 - 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90

1000961-29.2024.8.26.0568	14/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	07/01/2026	EXECUÇÃO
1001115-47.2024.8.26.0568	14/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	07/01/2026	EXECUÇÃO
1001110-25.2024.8.26.0568	14/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	07/01/2026	EXECUÇÃO
1002717-39.2025.8.26.0568	12/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	07/01/2026	EXECUÇÃO
1001581-41.2024.8.26.0568	29/08/2025	PRISCILA ALT BENEFÍCIO - FICHA FIN NO PROCESSO	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
1001558-95.2024.8.26.0568	29/08/2025	PRISCILA ALT BENEFÍCIO - FICHA FIN NO PROCESSO	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
1006816-23.2023.8.26.0568	03/10/2025	PRISCILA ALT BENEFÍCIO - FICHA FIN NO PROCESSO	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
1001934-18.2023.8.26.0568	26/11/2025	PRISCILA ALT BENEFÍCIO - FICHA FIN NO PROCESSO	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
0002313-05.2025.8.26.0568	11/12/2025	1 doc Priscila - implantação de benefício	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
1001174-11.2019.8.26.0568	26/11/2025	1DOC PRISCILA ALTERAÇÃO BENEFÍCIO	21/01/2026	13/01/2026	EXECUÇÃO
0001331-88.2025.8.26.0568	não	1DOC PRISCILA ALTERAÇÃO BENEFÍCIO	não	13/01/2026	EXECUÇÃO
1001199-48.2024.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	14/01/2026	EXECUÇÃO
1001752-95.2024.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	14/01/2026	EXECUÇÃO
1003879-40.2023.8.26.0568	19/11/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	14/01/2026	EXECUÇÃO
1000883-69.2023.8.26.0568	22/08/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	14/01/2026	EXECUÇÃO
0000121-02.2025.8.26.0568	não	EXECUÇÃO HONORÁRIOS - INICIAR	não	16/01/2026	EXECUÇÃO
1005930-24.2023.8.26.0568	não	EXECUÇÃO HONORÁRIOS REMANESCENTES - INICIAR	não	16/01/2026	EXECUÇÃO
1001109-40.2024.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	21/01/2026	EXECUÇÃO
1001095-56.2024.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	21/01/2026	EXECUÇÃO
1000407-60.2025.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	21/01/2026	EXECUÇÃO
1002061-82.2025.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	22/01/2026	EXECUÇÃO
1003701-91.2023.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	21/01/2026	22/01/2026	EXECUÇÃO
1003775-14.2024.8.26.0568	15/12/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	28/01/2026	23/01/2026	EXECUÇÃO
1004688-30.2023.8.26.0568	11/12/2025	PETIÇÃO EXPLICANDO DIVERGÊNCIA	26/01/2026	26/01/2026	EXECUÇÃO
1000801-67.2025.8.26.0568	11/12/2025	CONTRARRAZÕES AO RI	26/01/2026	26/01/2026	CONHECIMENTO
1003398-09.2025.8.26.0568	15/12/2025	PETIÇÃO ANEXAR PROC ADMINISTRATIVO 274/2022	28/01/2026	26/01/2026	CONHECIMENTO
0002172-20.2024.8.26.0568	11/12/2025	verif.Priscila - cump parcial ob fazer	28/01/2026	27/01/2026	EXECUÇÃO
1000276-95.2019.8.26.0568	23/01/2026	verif.Priscila - cump parcial ob fazer	04/02/2026	27/01/2026	EXECUÇÃO
1006051-91.2019.8.26.0568	não	verif.Priscila - cump parcial ob fazer	não	27/01/2026	EXECUÇÃO
1005427-13.2017.8.26.0568	14/11/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER - obs implantação	27/01/2026	27/01/2026	EXECUÇÃO
1006553-88.2023.8.26.0568	15/12/2025	PET ESCLARECENDO NOVOS CÁLCULOS	28/01/2026	27/01/2026	EXECUÇÃO
1007644-19.2023.8.26.0568	15/12/2025	MANIFESTAÇÃO SOBRE PETIÇÃO MUNICÍPIO	28/01/2026	27/01/2026	EXECUÇÃO



1000180-41.2023.8.26.0568	19/12/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	29/01/2026	28/01/2026	EXECUÇÃO
0002172-20.2024.8.26.0568	11/12/2025	1DOC PRISCILA CORREÇÃO BENEFÍCIO	28/01/2026	28/01/2026	EXECUÇÃO
1000276-95.2019.8.26.0568	23/01/2026	1DOC PRISCILA CORREÇÃO BENEFÍCIO	04/02/2026	28/01/2026	EXECUÇÃO
1001174-11.2019.8.26.0568	26/11/2025	PETIÇÃO COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	29/01/2026	29/01/2026	EXECUÇÃO
1007104-68.2023.8.26.0568	05/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	29/01/2026	EXECUÇÃO
1007106-38.2023.8.26.0568	19/09/2025	APRESENTAR CÁLCULOS - EXECUÇÃO INVERTIDA	29/01/2026	29/01/2026	EXECUÇÃO
0002313-05.2025.8.26.0568	11/12/2025	PET COMPROVANDO OBRIGAÇÃO DE FAZER	30/01/2026	30/01/2026	EXECUÇÃO

Sobre a questão da economia feita pela procuradoria nas demandas que envolvem obrigações de pagar:

Conforme mencionado, é impossível precisar a economia realizada na maior parte dos processos, por diversas razões que passo a explanar.

A maioria das ações enfrentadas pelo Instituto na atualidade tratam da cobrança de verbas que deixaram de ser pagas aos segurados durante o seu período de atividade, ou seja, verbas que eram incluídas nos proventos como se fossem de caráter eventual e eram, na verdade, verbas de caráter permanente, e que, por isso mesmo, deveriam compor a base de cálculo de outras verbas, o que tem sido reconhecido pela própria municipalidade com a edição de leis que corrigem tais inconsistências, e que, por isso mesmo, acabam por gerar/aumentar o passivo judicial pelo recebimento de valores retroativos.

Dessa forma, não obstante o esforço desta procuradoria em contestar e manejar todos os recursos cabíveis em tais ações, o resultado geralmente é favorável ao requerente e desfavorável para a autarquia previdenciária e para o município.

Em tais processos (diferentemente dos processos anteriores à atuação da procuradoria, geralmente de aposentadoria especial, em que, na execução, o exequente oferecia os cálculos que eram contestados pelo IPSJBV, que, por vezes constatava excesso de execução, e, conseqüentemente, uma economia mensurável) a execução é feita na forma invertida, em que o Instituto apresenta os cálculos que

geralmente são aceitos pelo requerente, o que evidencia uma economia, mas torna impossível sua mensuração.

Todavia, em algumas poucas ações recentes (2024 e 2025), geralmente as de servidores que migraram do regime celetista para o estatutário, o São João Prev tem obtido importantes vitórias cuja economia em valores pode ser estimada, ainda que de forma incipiente.

PROCESSO	OBJETO	ECONOMIA ESTIMADA
1000439-36.2023.8.26.0568	CLT/ESTAT	30.945,02
1003963-41.2023.8.26.0568	CLT/ESTAT	147.447,57
1005922-47.2023.8.26.0568	CLT/ESTAT	11.637,29
0000121-02.2025.8.26.0568	APOSENTADORIA ESPECIAL	52.838,16
1005930-24.2023.8.26.0568	ATS	43.912,53
1004762-50.2024.8.26.0568	DESVIO FUNÇÃO	141.827,45
TOTAL		428.608,02

São João da Boa Vista, 12 de fevereiro de 2026

Ednéia Ridolfi
Diretora Adm/Financeira

Sérgio Venício Dragão
Superintendente



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1439-6CC9-F22A-31ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 23/02/2026 10:56:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 25/02/2026 21:31:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/1439-6CC9-F22A-31ED>